

CLIPPING IMPRESSO

27/04/2019



INDICE

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. VARA CRIMINAL.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DESEMBARGADOR.....	2 - 7
2.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	8 - 11
2.3. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	12 - 14
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. INSTITUCIONAL.....	15 - 16
3.2. JUÍZES.....	17 - 19

Mulher acusada de assassinar marido é condenada a 11 anos de prisão

O crime ocorreu em 31 de janeiro de 2018 em Açaílândia

O juiz Frederico Feitosa, titular da 2ª Vara Criminal de Açaílândia, presidiu uma sessão do Tribunal do Júri na quarta-feira (24), na Câmara de Vereadores de Açaílândia. O julgamento teve como ré a mulher Gabrielle Ferreira da Costa, que estava sendo acusada de homicídio contra Manoel de Jesus Araújo Frazão, com quem vivia maritalmente. Ela foi considerada culpada pelo conselho de sentença e recebeu a pena definitiva de 11 anos e oito meses de reclusão. Ela não poderá recorrer em liberdade, haja vista que esteve presa durante todo o processo.

De acordo com a denún-

cia, o crime ocorreu em 31 de janeiro de 2018, na residência do casal que fica no bairro Vila Ildemar, na sede do município. Gabrielle relatou que estava ingerindo bebida alcoólica e fazendo uso de entorpecentes com Manoel de Jesus, quando começaram uma forte discussão. Em depoimento à polícia, ela afirmou que disparou vários tiros em Manoel. Após investigação, foi constatado que a arma que estava com o casal, uma pistola .40, era de propriedade da Polícia Militar.

Segue a denúncia relatando que Gabrielle Ferreira e Manoel de Jesus viviam juntos há três anos. Após cometer o

crime, Gabrielle fugiu, sendo capturada algum tempo depois quando embarcava em uma van de passageiros, indo para o Município de Buriticupu. Durante o julgamento, o conselho de sentença rejeitou a tese de legítima defesa, argumento utilizado pelos advogados da acusada.

Além do juiz Frederico Feitosa, atuaram na sessão do Tribunal do Júri a promotora de Justiça Sandra Fagundes Garcia, na acusação, e os advogados Antônio Rodrigues Serejo, Vilamar Serejo de Sousa, e Andressa Serejo. Gabriele Ferreira da Costa deverá cumprir a pena imposta pela Justiça em Regime inicialmente fechado. **(Assessoria)**





SARNEY DEU a primeira fatia do bolo de aniversário para a sua eterna amada Dona Marly Sarney; no detalhe o casal maranhense de biografia mais rica da nossa História



SARNEY

celebrou 89 anos cercado de familiares e amigos

A última quarta-feira, em Brasília, foi de intensa movimentação na residência do ex-presidente José Sarney, na Península dos Ministros (Lago Sul. Ele estava celebrando bem vividos 89 anos e, na base de “open house” recebeu, ao lado da esposa, dona Marly, dos filhos e netos, numerosos amigos que foram cumprimentá-lo pela data. Cada vez mais disposto e demonstrando a todos que idade não é problema, Sarney era a melhor tradução de alegria, conversando descontraidamente com todos e contando causos com a verve e a graça que fazem dele um grande contador de histórias.



Sarney na moldura dos desembargadores Nelma Sarney e Froz Sobrinho



**Milena e o desembargador Jaime
Ferreira**

Susto de Guerreiro

O desembargador Guerreiro Júnior pregou um susto em familiares e amigos nos últimos dias ao ser internado às pressas na UTI do Hospital UDI.

Depois de um mal estar ainda nas dependências do Tribunal de Justiça, Guerreiro foi levado ao hospital, onde recebeu pronto atendimento.

Já fora da UTI, o magistrado recupera-se bem e deve receber alta nos próximos dias.

Estágio na PGE

A Procuradoria Geral do Estado do Maranhão, que celebra 50 anos de atuação na advocacia pública em favor do desenvolvimento do Brasil, abriu processo seletivo para estágio em Direito. As provas serão aplicadas dia 17 de maio, no Instituto Florence de Ensino Superior. As inscrições poderão ser realizadas de 6 a 10 de maio, pelo site www.pge.ma.gov.br.

Café Literário

Dentro da programação dos 50 anos da PGE, está previsto uma edição do Café Literário, dia 16 de maio, na Escola da Advocacia Geral da União. O tema será “Literatura e Direito”, a ser tratado pelo desembargador Lourival Serejo (TJMA), pelo procurador do Estado Brunn]o Tomé Fonseca, pelo advogado Alexandre Lago e por Yuri Michel Pereira (DPU).

Maranhão

População carcerária supera a capacidade de vagas

Segundo dados do Monitor da Violência, levantados pelo site G1, a quantidade de apenados no estado do Maranhão é superior em 31,7% a capacidade das unidades prisionais. **POLÍCIA 8**

População carcerária supera a capacidade dos presídios no MA

Dados do Monitor da Violência, divulgados ontem pelo site do G1, mostram que a quantidade de apenados (11.236) é superior a 31,7% das vagas existentes

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

A quantidade de apenados no Maranhão é superior a 31,7% da capacidade das unidades prisionais. O estado possui 8.531 vagas e, no momento, tem uma população carcerária de 11.236 detentos, segundo dados do Monitor da Violência feito pelo site do G1 em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Esses números foram divulgados na sexta-feira, 26. Também foi constatado que no Brasil há 708.546 apenados, embora os presídios possuam capacidade para um público carcerário de 415.960. Apresentando um déficit de 292.586 vagas e uma superlotação de 70,3% nos presídios.

Esses dados foram levantados pelo G1 via assessoria de imprensa e por meio da Lei de Acesso à Informação e tendo como referência os meses de março e abril. O último Levantamento Nacional de Informa-

ções Penitenciárias (Infopen), do governo, é de junho de 2016, que constatou 689,5 mil presos no sistema penitenciário e 37 mil em delegacias.

O Monitor da Violência revelou, ainda, que o estado maranhense tem um déficit de 2.705 vagas no sistema prisional. 5.067 presos são provisórios, que ainda não foram julgados. Esta quantidade representa 43% da população carcerária do estado. Já no ano passado, a população carcerária era de 6.187, apresentando uma superlotação de 47,1% nas unidades prisionais. Os presos provisórios eram de 4.416.

Superlotação

No último dia 23, o diretor administrativo e atendimento da unidade prisional de Imperatriz, Elias Oliveira, encaminhou ofício ao delegado regional da cidade, Ederson Martins, informando sobre a proibição das unidades prisionais do município de receber presos provisórios de outras comarcas. A determinação foi do juiz

da Vara de Execuções Penais, Márcio Henrique Mesquita Reis.

A Justiça alegou superlotação nos presídios. A unidade prisional de Imperatriz, antiga CCPJ, tem 265 vagas e no momento conta com 358 apenados. Este montante corresponde a um excesso de 35% ou 93 presidiários a mais. No presídio regional de Imperatriz, a capacidade é de 204 vagas e atualmente está com 344 internos, o que corresponde a um excesso de 68% de presos. A unidade prisional GJD, com 117 vagas, acolhe hoje um público de presidiários do sexo masculino e feminino de 174, um excesso de 48% de presidiários.

No começo deste mês, uma força-tarefa, composta por representantes da Defensoria Pública do Maranhão (DPE/MA), constatou superlotação na Unidade Prisional de Ressocialização de Itapecuru-Mirim. A unidade prisional tem capacidade para atender 149 internos, mas no momento está custodiando 230 apenados. Essa problemática tem como um dos motivos a transferência recorrente de custodiados das cidades de Arari, Vitória do Mearim, Vargem Grande e Cantanhede para o presídio de Itapecuru-Mirim.

Pedrinhas

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) apontou a superlotação no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, após visita ao estabelecimento em novembro do ano passado. "Não somente no Brasil, mas em todo o continente americano há um grande número de pessoas na prisão sem serem julgadas", declarou o comissário da CIDH da OEA, Joel Hernández.

Nessa época, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) informou que havia 3.411 pessoas presas em Pedrinhas, que tem capacidade para 3.240 vagas. Joel Hernández informou que essa superlotação nas unidades prisionais é decorrente de prisão preventiva e a maioria desses casos é consequência de crime não violento. "Há muitos presos que ainda não foram condenados e isso ocasiona a saturação da população carcerária", disse o comissário da CIDH. ●

ENTENDA

População carcerária do Maranhão

Superlotação: 31,7% acima da capacidade dos presídios

Presidiários: 11.236 detentos

Número de vagas: 8.531 é a

capacidade das unidades

Deficit: 2.705 vagas

Presos provisórios: 5.057 internos

Divulgação



Superlotação dos presídios mostrada pelo Mapa da Violência

INTEGRAÇÃO

Prefeitura pretende retomar terminais

Problemas de infraestrutura nesses espaços têm sido motivo de muitas reclamações dos usuários do sistema de transporte, o que levou o Município a acionar a Justiça para retomar a gestão. **GERAL 9**

Prefeitura quer retomar administração dos Terminais de Integração

Informações foram dadas pelo titular da SMTT, Canindé Barros, em entrevista na Rádio Mirante AM; os terminais são administrados pelos consórcios de empresas

EMMANUEL MENEZES
Da equipe de O Estado

Os problemas de infraestrutura nos Terminais de Integração de São Luís têm sido motivo de muitas reclamações dos usuários do sistema de transporte urbano. Desde 2016, os terminais da Praia Grande, Cohama, Cohab, Distrito Industrial e São Cristóvão são administrados pelos consórcios vencedores da licitação do transporte público realizada pela Prefeitura de São Luís, no mesmo ano. A licitação estipula um valor a ser gasto mensalmente com manutenção pelos consórcios, mas a situação atual traduz a falta de investimentos nos terminais para conforto e segurança dos passageiros.

Após várias denúncias, o secretário municipal de Trânsito e Transporte, Canindé Barros, revelou, em entrevista ao programa Acorda Maranhão, apresentado pelo jornalista Marcial Lima, na Rádio Mirante AM, que a secretaria já encaminhou à Justiça pedido para voltar a administrar os terminais.

“Essa parte estrutural, inclusive, já se está em discussão na Justiça. A partir do momento em que houve a licitação e os consórcios passaram a administrar os terminais, as empresas têm a obrigação de fazer os reparos na pista de tráfego e demais pontos do local”, disse Barros. Ele adiantou que a Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT) está revendo os contratos para retomar os terminais.

Canindé Barros disse que é inadmissível o estado estrutural em que os terminais se encontram. “Há uma verba dentro do contrato e esse dinheiro tem que ser empregado nos terminais. Todas essas reclamações dos usuários estão sendo monitoradas pela secretaria”, afirmou. Segundo ele, a Prefeitura já está, inclusive, com uma proposta de reforma dos terminais já pronta para execução.

“Nosso objetivo é fazer uma reforma geral em todos os terminais, começando pela Praia Grande. Já interditamos uma das plataformas para que a obra seja realizada”, disse Canindé Barros, acrescentando: “As obras ainda não foram iniciadas porque é necessário a abertura de licitação para a escolha da empresa que



Biné Moraes

Buracos nas vias das plataformas retratam a situação em que se encontra o Terminal da Praia Grande

NÚMEROS

TERMINAL DA PRAIA GRANDE

- Inauguração: 8.9.1996
- 59 linhas urbanas
- 12 linhas semiurbanas

TERMINAL COHAMA/VINHAI

- Inauguração: 1º.5.2006
- 20 linhas urbanas
- 7 linhas semiurbanas

TERMINAL DO SÃO CRISTÓVÃO

- Inauguração: 22.11.2003
- 37 linhas urbanas
- 12 linhas semiurbanas

TERMINAL DO DISTRITO INDUSTRIAL

- Inauguração: 9.1.2004
- 19 linhas urbanas

TERMINAL DA COHAB/COHATRAC

- Inauguração: 16.12.2004
- 19 linhas urbanas
- 40 linhas semiurbanas

Fontes: Sportbus Maranhão e Prefeitura de São Luís

executará a obra, dentro dos trâmites legais”, destacou o secretário.

Reclamações

No dia 12 de março, O Estado noticiou a situação precária de dois dos terminais da capital: Praia Grande, no Centro, e o da Cohama/Vinhais, na Avenida Daniel de La Touche. Os buracos no interior do Terminal da Praia Grande podiam ser percebidos desde a entrada, dificultando as manobras dos motoristas com os coletivos. Usuários evitavam serem atingidos pela lama formada nos buracos.

Uma das quatro plataformas que compõem o embarque e desembarque dos passageiros foi interditada, implicando no deslocamento dos usuários para outro local. Como consequência, formou-se aglomeração de passageiros, principalmente nos horários de pico. Segundo a administração do terminal – de responsabilidade do Consórcio Central –, o peso dos ônibus, aliado ao grande fluxo de veículos, provocam o surgimento de buracos.

Cohama/Vinhais

No Terminal Cohama, a situação é ainda mais complicada devido à quantidade de buracos que se estendem nas vias entre uma plataforma e outra, o que tem exigido cada vez mais cuidado dos motoristas ao ingressarem no trajeto obrigatório. O Estado tentou contato com a Primor, responsável pela administração do local, mas a empresa não se manifestou.

Na Justiça

Uma sentença proferida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha determina que o Município de São Luís garanta a acessibilidade plena em todo o sistema de transporte coletivo da capital, abrangendo veículos, terminais, abrigos e entorno. A sentença assinada pelo juiz titular Douglas de Melo Martins foi proferida no início de março.

Quanto aos terminais, abrigos e entorno, o prazo para cumprimento da obrigação é de 6 meses. A sentença é resultado de ação civil pública, que teve como autores o Ministério Público e o advogado Ronald Pereira, obrigando o Município a inserir um item específico no Edital da Concorrência e de cláusula no(s) Contrato(s) de Concessão subsequente(s) que exija acessibilidade plena no sistema de transporte coletivo, estando incluídos veículos, terminais, abrigos e entorno. ●

NA WEB

Vacinação contra gripe ocorre neste sábado, em shoppings de SL
oestadoma.com/465103

STF faz licitação para comprar lagostas e vinhos
oestadoma.com/465108

DELEGADO TIAGO BARDAL É EXPULSO DA POLÍCIA CIVIL APÓS DELIBERAÇÃO DE CONSELHO

Após deliberação do Conselho de Polícia Civil do Maranhão, o delegado Tiago Matos Bardal foi expulso da instituição. Ex-superintendente estadual de Investigações Criminais (Seic), ele está preso em decorrência de dois inquéritos, sendo um referente ao caso do contrabando na região do Quebra-Pote, em São Luís, e outro concernente a uma carga roubada em Viana.

..... PÁG. 12 (C1)



Delegado Tiago Bardal é expulso da Polícia Civil após deliberação de conselho

NELSON MELO

Após deliberação do Conselho de Polícia Civil do Maranhão, o delegado Tiago Matos Bardal foi expulso da instituição. Ex-superintendente estadual de Investigações Criminais (Seic), ele está preso em decorrência de dois inquéritos, sendo um referente ao caso do contrabando na região do Quebra-Pote, em São Luís, e outro concernente a uma carga roubada em Viana.

De acordo com informações apuradas pela reportagem do Jornal Pequeno, o julgamento que resultou na expulsão de Bardal ocorreu na quinta-feira (25). Mas, a saída definitiva do delegado da Polícia Civil ainda depende da aprovação do governador Flávio Dino.

Porém, como ocorre em qualquer Procedimento Administrativo Disciplinar, ele ainda pode recorrer e, caso vença, poderá ser reintegrado à Polícia Civil, sendo que o efeito é ex tunc, ou seja, retroativo desde a data da demissão. Ou, então, Tiago Bardal poderá retornar ao cargo por alguma ordem judicial, pois a defesa dele vai recorrer da demissão.

INQUÉRITOS CONTRA BARDAL

Embora esteja preso, Tiago Bardal havia sido solto no dia 24 de maio de 2018, poucos meses após ter sido preso, sendo que estava encarcerado no anexo da Delegacia Especial da Cidade Operária (Decop), em São Luís. Ele pagou a fiança no valor de R\$ 30 mil, estipulada pela 1ª Vara Criminal da Justiça Federal, em virtude da revogação de mandado de prisão preventiva referente ao esquema do contrabando.

Bardal saiu da cadeia por volta das 19h, acompanhado do seu



GILSON FERREIRA/ARQUIVO

A saída do delegado Tiago Bardal da Polícia Civil ainda depende da aprovação do governador Flávio Dino

advogado, Aldenor Filho. A soltura ocorreu depois que o delegado efetuou o depósito judicial na Caixa Econômica Federal (CEF), conforme determinado pelo juiz Luiz Régis Bomfim Filho, da 1ª Vara Criminal da Justiça Federal. O valor foi estipulado quando o magistrado revogou o mandado de prisão expedido pelo também juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal da Justiça Estadual. O pagamento da fiança era o único fator para a liberdade do delegado Tiago, que estava preso no anexo da Decop desde o dia 2 de março do ano passado, pois, no dia 17 de maio, o desembargador Josemar Lopes Santos, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), havia revogado outro mandado de prisão preventiva expedido em desfavor de Bardal. Este documento judicial, entretanto, era concernente a uma situação ocorrida em 2016, na cidade de Viana, quando uma carga apreendida de cigarros simplesmente desapareceu. Com relação a este caso, registrado em Viana, o delegado

Tiago teria pedido à Polícia Civil daquele município que o material fosse encaminhado à Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), quando ele ainda era titular. Após representação feita pela Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), a prisão preventiva contra o ex-superintendente foi decretada pela 3ª Vara Criminal, por meio do juiz José Gonçalo de Sousa Filho. No despacho, o desembargador determinou que o delegado Tiago fosse monitorado por tornozeleira eletrônica, o que foi seguido.

OUTRA DECISÃO A FAVOR DE BARDAL

EM 30 de abril, o juiz Luiz Régis Bomfim Filho, da 1ª Vara Criminal da Justiça Federal, determinou a revogação de outro mandado de prisão preventiva contra Bardal, mas com relação ao esquema do contrabando, que beneficiou vários oficiais da Polícia Militar e também o político Rogério Sousa Garcia, ex-vice-prefeito da cidade de São Mateus.

Porém, o magistrado determinou, como condição para a liberdade provisória, o pagamento de fiança no valor de R\$ 30 mil, que deveria ser “efetuado em depósito judicial à Caixa Econômica Federal”, o que agora foi feito. Bomfim também frisou no documento o monitoramento de Bardal por tornozeleira eletrônica, a suspensão do exercício da função pública e o recolhimento domiciliar no período noturno e nos fins de semana.

Nos mesmos termos da decisão em favor de Bardal, Luís Bomfim beneficiou o major Luciano Fabio Farias Rangel, ex-subcomandante do 21º Batalhão de Polícia Militar (BPM), e o subtenente Joaquim Pereira de Carvalho Filho. O titular da 1ª Vara também determinou a revogação da prisão preventiva do ex-vice-prefeito de São Mateus, que deverá pagar uma fiança no valor de R\$ 30 mil para ser solto.

Também foi decidida a revogação da prisão preventiva do soldado Fernando Paiva Moraes Júnior (fiança de R\$ 15 mil) e do coronel Reinaldo Elias Francalanci (fiança de R\$ 15 mil). Além de Galdino Livramento dos Santos e Evandro da Costa Araújo, sem pagamento de fiança. E, ainda, a manutenção da prisão provisória de Arouldo João Padilha Martins, José Carlos Gonçalves, Ricardo Jefferson Muniz Belo (advogado que estava com Bardal quando este foi abordado no Quebra Pote), Edmilson Silva Macedo e Rodrigo Santana Mendes.

A PRISÃO DE BARDAL

O ex-superintendente da Seic foi preso no dia 2 de março de 2018, quando prestava depoimento na Seccor, pois seu mandado de prisão preventiva foi expedido pelo juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal.

Governo do Maranhão debate questões fundiárias em Fórum do MATOPIBA

PÁG. 3 - C 1

Governo do Maranhão debate questões fundiárias em Fórum do MATOPIBA

O vice-governador Carlos Brandão, representando o governador Flávio Dino, acompanhado do secretário de Cidades e Desenvolvimento Urbano, Rubens Pereira Jr, de representantes dos governos dos Estados do Piauí, Tocantins e Bahia, além dos corregedores-gerais da Justiça dos Estados citados e demais autoridades, esteve em Salvador (BA) para participar da reunião do Fórum Fundiário dos Corregedores Gerais da Justiça do MATOPIBA.

O Fórum MATOPIBA é um colegiado e destaca todo o potencial agrícola da região abrangida pelos estados que compõem o referido acrônimo. A problematização acontece porque, apesar desse potencial, o MATOPIBA apresenta dentro de seus limites territoriais um complexo quadro agrário em virtude da pluralidade de situações e das questões fundiárias características do território nacional. Nesse escopo está o conjunto de Unidades de Conservação (UCs), Terras Indígenas (TIs), Áreas Quilombolas (AQs) e Projetos de Reforma Agrária por meio de

Assentamentos Rurais (ARs). Assim, a área conhecida como MATOPIBA tem merecido atenção como a nova fronteira agrícola e vem sendo objeto de preocupação de órgãos e agentes públicos (juízes de comarca, por exemplo) e privados (cartórios de registro de imóveis) na busca por soluções para seus problemas fundiários.

Neste intuito, nos últimos dois dias, autoridade políticas, secretários de Estado, corregedores-gerais, juízes corregedores, dentre outros profissionais especializados estiveram reunidos na capital baiana para produzir demais norteadores que auxiliarão no trato e resolução desses inúmeros casos.

Dentre os compromissos firmados pelos participantes do Fórum, está a criação de núcleos de regularização fundiária e o fortalecimento dos órgãos de terra estaduais para combater a grilagem de terras públicas, promover a segurança jurídica, reconhecer os direitos legítimos dos produtores rurais, dos agricultores familiares, posseiros urbanos, dos povos

indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais, além de resguardar o interesse público. Os membros do Fórum ainda comprometeram-se a estabelecer uma agenda conjunta e permanente de interlocução e cooperação técnica, visando ao aperfeiçoamento das políticas fundiárias.

“Entendemos que nosso estado precisa se desenvolver, ter como escoar suas produções dentro e fora de seu território, mas reconhecemos que todos dividimos papéis importantes e determinantes nesse processo. Justiça, Estado e municípios devem ser parceiros na promoção e na garantia de direitos dos pequenos produtores e das comunidades tradicionais”, pontuou o vice-governador Carlos Brandão.

O vice-governador lembrou ainda que os Poderes unidos são capazes de promover as mudanças econômicas e sociais de que a população necessita, sem prejudicar àqueles que necessitam de atenção em terras indígenas, áreas quilombolas, assentamentos rurais ou unidades de conservação.



Carlos Brandão participa da reunião do Fórum Fundiário dos Corregedores Gerais da Justiça do MATOPIBA